



Fazendo jus ao princípio segundo o qual a história cumpre ciclos que se repetem, entendidos como períodos ou sucessões de um conjunto de factos determinados por causas e influências similares ou com grande relação espaço-temporal entre si, espriemo-nos através da crónica de hoje sobre um curiosíssimo “conluio histórico” de índole greco-lusitana.

No tempo da monarquia e há precisamente cento e trinta e oito anos e cinco meses, escrevia o expoente máximo do realismo português que «Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma decadência de espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa - citam-se, a par, a Grécia e Portugal. Nós, porém, não possuímos como a Grécia, além de uma história gloriosa, a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal e o museu humano da beleza da Arte. Apenas nos ufamos do Sr. Lisboa, barítono, e do Sr. Vidal, lírico».

José Maria de Eça de Queirós verberou esta reflexão em Janeiro de 1872, quando no trono reinava D. Luís I, o antepenúltimo rei de Portugal e, como que instintivamente, ao lê-la certamente acenamos a cabeça em sinal de concordância, já que o diagnóstico, pela sua premente actualidade, submerge-nos de forma aterradora, confrontando-nos com a pobreza endémica e trapalhices múltiplas que nos caracterizam desde antanho, irmanando-nos assim com a também ultimamente fustigada Grécia, a quem supostamente emprestámos mais de dois mil milhões de euros, no âmbito do apoio da CE para acudir à sua iminente bancarrota, numa fraternal cooperação porventura premonitória de reciprocidade num futuro que se deseja longínquo ou mesmo atirado para as calendas gregas (lá está!), mas que a realidade vigente teima em fazer pairar sobre as nossas auras. Este emparelhamento histórico ainda recentemente voltou à tona quando as agências de “rating”, esses verdadeiros oráculos do nosso tempo, começaram a descer o grau de confiança sobre o cumprimento das nossas responsabilidades perante a enormidade da dívida externa e do défice crescente, depois de terem primeiro atacado o país helénico nesse âmbito, pondo a nu as suas fragilidades: aí

principiou uma verdadeira angústia nacional de demarcação da Grécia, não havendo quem não gritasse, a nível dos entendidos, que nós não éramos iguais à Grécia! Eles sim, relapsos, irresponsáveis, estólios e falpórios, enquanto nós éramos tão somente vítimas indefesas da omnimoda crise internacional e seus especuladores, quais janízaros abocanhados às nossas canelas... tudo o que queríamos era evitar “parecer” gregos e afirmar o contrário até à exaustão para fugir desse anátema.

Será que existe uma sina que nos persegue, tal como afirmava Eça quando escreveu as “Farpas”, conjuntamente com Ramalho Ortigão, retratando nelas um quadro implacável do Portugal da segunda metade de novecentos, dando corpo a um vasto e notável conjunto de prosas de índole jornalística, publicadas periodicamente e versando a crítica social, política, estética, artística, considerações filosóficas, literárias e quejandos?! São múltiplos os virotes, os dardos, as farpas apresentados nestes escritos, dirigidos tanto ao governo quanto à oposição, pelas atitudes contraditórias denunciadoras de corrupção, venalidade e estultícia de uma classe política inculta e ineficaz. Na verdade, o século XIX, sucessivamente convulso social e politicamente, marcado por uma guerra civil travada entre absolutistas e liberais que deram azo a permanentes alternâncias entre uma facção e outra, protagonizadas num infindável número de pseudo-reformas nunca concretizadas, assemelha-se de algum modo à bipolarização política vigente nos tempos hodiernos e concomitante ineficácia num propalado surto reformista de resultados nada convincentes e quantas vezes mesmo contraproducentes face aos intuitos que o motivaram. Sobejam exemplos de tal nas «reformas» da justiça, educação, saúde, administração pública, política de emprego, etc., as quais se têm constituído como autênticos sofismas face a efectivos ganhos que (não) proporcionam, traduzidas no desnorte crescente da gestão das contas públicas que nos conduziram, pelo seu vergonhoso e apocalíptico défice, a uma entropia reveladora de um desleixo e incompetência que só podem ser apelidados de criminosos, até pelo cercear de oportunidades para as gerações vindouras, desde já subjugadas pelo medo do futuro adveniente da inexistência de certezas que um presente lacunoso em excesso potencia.

Lidas de forma atenta, as “farpas” de Eça (e Ramalho) são deveras premonitórias e acertam no alvo da crítica em todas as frentes e com uma actualidade surpreendente, sendo pena que, infelizmente, pelo hábito modorrento dos nossos sucessivos destemperos, as mesmas, se aplicadas ao nosso hoje, sejam tão somente lugares comuns, isto é, banalizaram-se, e isso traduz o quanto somos permeáveis, enquanto atavio da nossa idiosincrasia como povo, ao tradicional “fatalismo” que mina a nossa existência, acrescido de uma putativa “inevitabilidade” que os condutores da corrupção, da hipocrisia e da mentira fomentam para enganar os portugueses, agora de novo distraídos – tesos e alienados - com o Mundial da África do Sul.

A propósito das prosas jornalísticas de Eça, notáveis no retrato satírico do seu tempo – e reunidas sob o título genérico de “Uma Campanha Alegre” – refira-se ainda que a socióloga

Maria Filomena Mónica, historiadora e estudiosa da obra do escritor em questão, acrescenta à correlação novecentista entre Portugal e Grécia transcrita no início da presente crónica, uma outra esclarecimento do texto original, adicionando-lhe a expressão «mesma ladroagem pública» e «mesma agiotagem», o que dá ainda outro ênfase de maior gravidade política ao texto. Efectivamente, decorrido mais de um século, cá permanecemos na mesma economia agónica e na mesma pobreza política e discursiva, ainda que agora eivada doutros ambiente de ruído proporcionados pelos canais saturados da informação, onde desfilam “opinion maker’s”, banqueiros jactantes, também jornalistas pretensiosos e quantas vezes com a lição mal estudada e, sobretudo, ex-ministros e outra gente da governança que, subitamente iluminados por desígnios superiores, descobriram – depois de aposentados sob os auspícios longânimos de tão lautas reformas que até eles próprios se surpreendem como conseguiram tão «justos» e diversificados proventos (sim, porque não há, nessa plêiade, quem tenha produzido tão pouco que apenas beba duma única fonte, antes várias são as tetas que lhes jorram mensalmente um inusitado viço que a lei, por eles formatada, permite de «pleno» direito) –, a solução para as enfermidades do país: e vai daí, toca a peregrinar a Belém, para perorarem com o velho “deus menino”, entre requebros e quindins, a salvação da Pátria.

Terminemos pois, ainda com nova transcrição de Eça, da mesma altura: «O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo. A certeza deste rebaixamento invadiu todas as consciências. Diz-se por toda a parte: o país está perdido!».

Irre que, como diz o povo, a “mistela” é a mesma, só as moscas é que «vareiam»...